

Erica Socio da Silva e Sá

**Espaços Culturais da periferia:**

Estudo de caso do projeto AVIC

**CELACC/ECA – USP**

**2014**

**Erica Socio da Silva e Sá**

**Espaços Culturais da periferia:**

Estudo de caso do projeto AVIC

Trabalho de conclusão de curso de especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicação e Artes do Estado de São Paulo, como exigência para título de especialista, sob a orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira.

**CELACC/ECA – USP**

**2014**

# **Espaços Culturais da periferia: estudo de caso do projeto AVIC**

## ***Periphery Cultural Spaces: case study of AVIC Project***

Erica Socio da Silva e Sá

Orientador: Silas Nogueira

**RESUMO:** O presente artigo analisa o surgimento de espaços culturais de periferia que não se encaixam em modelos preestabelecidos e existentes em políticas de financiamentos voltados à cultura. Faz-se um panorama da situação atual geral dessas políticas brasileiras, trazendo a produção comunitária como um meio alternativo de organização de projetos que surgem de forma espontânea nas comunidades e estuda o lazer como uma possibilidade motivacional para o surgimento desses espaços. Para tanto, traz também a análise de um estudo de caso, o Projeto AVIC (Associação de Valorização e Integração da Comunidade Guarulhos).

**Palavras – Chave:** Periferia – produção comunitária – AVIC – Guarulhos

**ABSTRACT:** This article analyzes the emergence of periphery cultural spaces that do not fit into pre-established models of Brazilian financial culture political. These politicians are studied and the community production is brought as an organizing alternative of projects that arise spontaneously in communities and examines leisure as a motivational opportunity for the emergence of these spaces. So, the analysis also includes a case study, the AVIC Project (Association of Community Enhancement and Integration of Guarulhos).

**Keywords:** Periphery – Community Communication – AVIC – Guarulhos

**RESUMEN:** En este artículo se examina el surgimiento de espacios culturales de la periferia que no se encajan en modelos pre-establecidos y existentes de la política cultural y su financiamentos. Es trazido una general analize de la situación actual de estas políticas generales brasileñas y la producción comunitaria cómo un medio alternativo de organización de proyectos que surgen de forma espontánea en las comunidades. És estudiado las actividades de placer cómo oportunidad de motivación para el surgimiento de estos espacios. Para esto , el análisis también incluye un estudio de caso, el Proyecto de AVIC (Asociación de Mejoramiento Comunitario y la Integración de Guarulhos).

**Palabras - clave:** periferia - producción comunitaria - AVIC - Guarulhos

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Políticas de Cultura e Financiamentos.....	7
3. Alternativas Comunitárias.....	11
3.1. Movimentos Sociais transformadores.....	11
3.2. O lazer e formas de resistência.....	12
4. A Associação e o projeto AVIC.....	15
4.1. Aspectos Gerais do Bairro Jardim Presidente Dutra e Favela Morro do Piolho.....	15
4.2. Nota da autora sobre a entrevista e o projeto AVIC.....	16
4.3. O Projeto AVIC.....	16
5. Trabalho de campo e discussão.....	17
6. Considerações Finais.....	19
REFERÊNCIAS:.....	21

Era uma vez um lugar distante  
Onde havia barro e alguns barracos  
Uma família rica e dominante  
Dizia: nós somos fortes, eles são fracos  
Como toda moeda tem dois lados  
Tecendo a vida como uma artesã  
Uma mulher educadora percebeu  
Que a fraqueza de hoje é a força do  
amanhã

...  
Quanta luta quanta gente  
Quanta gente pra bilhar  
Logo procurou-se a luz  
Para todos iluminar

Avante o Coletivo e Professor Orlando

Música: Era uma vez...

## 1. Introdução

Em geral, os bairros mais afastados dos centros urbanos recebem pouco, ou nenhum, investimento para atividades de lazer e Cultura. Em meio a este quadro, é comum surgirem organizações e redes de colaboração entre os moradores ou comerciantes da própria comunidade periférica. Dessa forma, surgem espaços para reflexões, aprendizado, resistência e até mesmo lazer, com características muito específicas e de acordo com a identidade de cada localidade.

Embora o Brasil tenha aumentado seus investimentos em políticas públicas voltadas à cultura e às suas leis, ainda possui deficiências para atender às necessidades reais da população, conforme destacado por Leitão:

...no desenvolvimento nacional, a cultura não se traduziu em políticas de Estado, capazes de definir diretrizes e programas que contemplassem uma concepção mais ampla do fenômeno Cultural, especialmente no que se refere à qualidade de vida e ao desenvolvimento Humano. (LEITÃO, 2009, p.31)

De acordo com Fichtner (2009), muitos espaços são criados de acordo com os mecanismos e comportamentos de determinadas sociedades, com o propósito de desenvolver atividades culturais. Esta prática pode ser um exemplo da reconquista e desenvolvimento da discussão social. O autor destaca a importância do Social no projeto “Cultura Viva”, apontando que a relação entre a sociedade e a vida cotidiana, pode ajudar a compreender o contexto social no qual crianças, adolescentes e adultos vivem atualmente.

Transpondo este pensamento ao debate central deste texto, o projeto AVIC (Associação de Valorização e Integração da Comunidade Guarulhos), será analisado como estudo de caso, por tornar factíveis forças e o caráter emancipatório das práticas da vida cotidiana na periferia. Além disso, o projeto traz a criação de seu próprio espaço simbólico, com sentido distinto e autônomo.

De forma resumida, a AVIC é uma associação sem fins lucrativos, mantida por trabalho voluntário e doações dos comerciantes e moradores do bairro Jardim Presidente Dutra, localizada em Guarulhos, São Paulo. Funciona como local de desenvolvimento e interação dos jovens moradores do bairro, e principalmente da favela denominada entre os moradores de “Morro do Piolho”. A Associação também

pode ser considerada como espaço Cultural, possuindo características e signos muito próprios. Esta análise será melhor discutida durante o trabalho.

Cultura, entre suas diversas definições, pode ser considerada a expressão de uma determinada sociedade e a produção deste grupo reflete seus valores éticos e estéticos (WILLIAMS, 1780-1950). Traçando um paralelo com o signo ideológico de Bakhtin (1992), verifica-se que os signos carregam consigo valores éticos e estéticos que se envolveram no cerne de sua criação, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. O signo configura-se como fruto de seu código, sua sociedade e seu tempo. Levando em consideração esta linha de pensamento, Fichtner (2009), considera que os signos podem ser considerados manifestações culturais.

As várias formas do comportamento, da atividade e da consciência humana são constituídas e relacionadas por um espaço antropológico que se abre mediante a signos e símbolos. Assim, este espaço antropológico pode se caracterizar fundamentalmente como um espaço simbólico. Este espaço não existe numa forma abstrata ou metafisicamente geral, este espaço sempre é ao mesmo tempo espaço de uma determinada Cultura. (FICHTNER, 2009, p. 28)

Sendo assim, o espaço antropológico de determinada sociedade, reflete seus signos e dinâmicas, ligados à suas características muito próprias e de significado conturbado.

A definição de cultura ainda está em construção nas mais diversas áreas que a coloca como objeto de estudo. O termo em si já traz consigo um campo muito extenso de definições. Para Raymond Williams (2000), o conceito de cultura e o seu novo significado, com as inovações pós Revolução Industrial, aponta hostilidades e embaraços, que o termo geralmente provoca.

## **2. Políticas de Cultura e Financiamentos**

A princípio, fez-se necessário fazer um recorte sobre as políticas públicas gerais no Brasil, as mais recentes e suas formas de financiamento para a cultura, a fim de posicionar o leitor sobre as tradições e forma que o governo interpreta e organiza os investimentos voltados à Cultura.

Para o desenvolvimento de uma política cultural, a definição de cultura é algo fundamental, que pode influenciar desde as etapas de planejamento, até a execução de um determinado projeto e como vimos não há um consenso para tanto.

As diferentes concepções de cultura podem dar origem a políticas culturais distintas. Concepções extremas, como cultura popular e erudita, certamente conduzirão os gestores de uma política cultural para diferentes caminhos e planos de ação.

Alguns autores, como Rubim e Barbalho, apresentam algumas possibilidades para a análise de uma política cultural, entre suas várias definições. Rubim (2005), mostra a noção de política cultural e de cultura, as formulações e ações a serem implementadas, os objetivos e metas, os momentos acionados, como criação, difusão e circulação, os instrumentos, os meios e possíveis recursos para organizar e estimular a cultura, os públicos envolvidos e também a delimitação e caracterização dos atores.

A delimitação e caracterização dos atores é um aspecto de fundamental importância para o financiamento de cultura. Os atores da política cultural situam-se na complexa distinção entre estatal, público e privado (BARBALHO, 2005). A primeira instância de formuladores de uma política para cultura é representada pelos governos, em suas várias representações, sejam nacionais, estaduais ou municipais, que, em linhas gerais, planejam e executam as ações para a cultura como uma função de governo.

O Estado e a iniciativa privada tendem a aumentar seu interesse na participação cultural, devido a grande influência que a cultura tem na economia mundial. Em 1990, o percentual chegou a 3,8% e em 2000, ultrapassou 5% (CESNIK e BELTRAME, 2005).

O modo como empresas participam do financiamento cultural possui modelos diversos, baseados nas diferentes concepções de desenvolvimento e gerenciamento do patrimônio simbólico. Contudo, Botelho (1997) destaca que a partir dos anos 80, verificou-se uma tendência mundial de diminuição dos orçamentos governamentais para a cultura em função da crise econômica. A autora destaca que pelo menos a França não se encaixou nesta situação. O governo Francês chegou a dobrar seu orçamento voltado à cultura, trazendo, assim, um modelo de financiamento centralizado.

No trabalho de Botelho, também é destacado o modelo de financiamento americano, que “privilegia o princípio da administração à distância, e onde o investimento privado nas artes é significativamente maior do que o público”.

No entanto, da mesma forma que ocorre com a organização Cultural dos Estados Unidos, no Brasil, o aspecto público e privado muitas vezes se misturam, e se complementam, não sendo possível desconectá-los e tratá-los como dois investimentos distintos. Segue abaixo o exemplo destacado por Botelho (1997), em que o espaço privado, colabora com o público.

Outro exemplo desta variedade é a existência de uma lei municipal cujo objetivo é a movimentação de recursos de um setor para outro relacionado com ele, como em S. Francisco (Califórnia), onde hotéis pagam uma taxa destinada ao apoio a atividades artísticas, estimulando assim, o turismo.

Portanto, associado a esta política fiscal diversificada – reforçada por uma sólida tradição anglo-saxã e protestante de benemerência – estabeleceu-se um sistema de parceria entre as diversas esferas administrativas para o financiamento do setor artístico-cultural, constituindo um aporte extremamente considerável de recursos públicos: ou seja, existe um sistema misto de financiamento que se retro-alimenta. Dito desta forma, este sucesso é fruto de uma política fiscal diversificada, onde o governo é peça decisiva, já que falamos de uma política pública. (BOTELHO, 1997, p. 08)

Sobre a preocupação do governo brasileiro com as atividades culturais, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 215, que o Estado garantirá “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” e dará apoio “a valorização e a difusão das manifestações culturais”. A cultura no Brasil é um compromisso do Estado, a partir de então as leis de incentivo, que foram concebidas como complementares das ações do Estado, passam a ter um caráter de mecanismo principal, ou único, da política cultural brasileira, não apenas complementar.

O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, com o Gilberto Gil como Ministério da Cultura, inseriu um novo discurso para explicitar o modelo de política cultural para o país. O conceito significava inserir uma dimensão ampliada do conceito de cultura e, metaforicamente, promover um “*do-in* antropológico no corpo cultural brasileiro” para ativar os seus pontos vitais. Uma concepção de cultura segmentada em três níveis: como expressão estética e simbólica, como integrante da cidadania e como fator de desenvolvimento econômico.

No aspecto do financiamento da cultura, a gestão de Gilberto Gil, no primeiro mandato (2003-2006), fez mudanças na regulamentação da Lei Rouanet, dentre elas a inserção de editais públicos para acesso aos benefícios de incentivo. Essa

medida, conforme destacado pelo ex ministro Gil, tem o objetivo de favorecer maior democratização e descentralização regional dos recursos investidos nos projetos culturais (MINC, 2006).

Durante o governo de Gilberto Gil, em 2004, foi desenvolvido o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, o “Cultura Viva”. Surgiu com o objetivo principal de estimular e fortalecer no país a rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura (MINC, 2014). No dia 23 de julho de 2014, no mandato de Marta Suplicy, foi sancionada a “Lei Cultura Viva”, lei No 13.018, que transforma o programa em política de Estado em todo território nacional.

De acordo com o caderno da Conferência de Cultura (MINC, 2013), a Missão do MINC (Ministério da Cultura), tem como objetivo principal “Garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos seus direitos culturais”. Sendo assim, a política cultural prevê a inserção da Política de Desenvolvimento sustentável e de inclusão social implantada pelo governo federal. Dentre os 19 objetivos do MINC, distribuídos em tópicos, o de valorização e impulso das iniciativas culturais trouxe o “Cultura Viva”, que ganha grande destaque em sua contribuição na valorização e fomento das iniciativas culturais locais. “Os pontos potencializam energias sociais e culturais existentes em todos os cantos do país. Quebram as hegemonias regionais tradicionalmente dominantes no campo da cultura brasileira (MINC, 2013)”. Este panorama mostra o atual modelo de política cultural brasileira.

Partimos de uma ação predominante do Estado para um modelo misto, no qual o mercado, representado pelas empresas, tem uma atuação expressiva no financiamento da cultura como estratégia de política para o setor cultural. No entanto, mesmo o Brasil tendo demonstrado avançar nos investimentos e subsídios para a Cultura, outras organizações e projetos culturais sem este aporte do governo, ou empresas, podem surgir como uma forma de expressão local.

Sendo assim, no próximo tópico far-se-á uma breve análise do conceito de produção comunitária, a fim de se fazer um paralelo com a forma de organização de projetos como a AVIC e melhor situa-la.

### **3. Alternativas Comunitárias**

#### **3.1. Movimentos Sociais transformadores**

É inegável que os financiamentos de projetos, seja por empresas privadas ou mediante a verba de editais públicos, possam ser fatores positivos para o desenvolvimento de projetos culturais. Ressaltando apenas que, por vezes, estes modelos se complementam, como visto no tópico anterior. No entanto, além destas possibilidades, existem outras dinâmicas organizacionais que, muitas vezes, podem surgir de forma espontânea, de acordo com a necessidade e características de determinada comunidade, que não se encaixam em definições convencionais para políticas culturais e seus modelos de investimento.

Sob este aspecto, a produção comunitária será trazida como possibilidade de definição de acordo com as características destes projetos e movimentos sociais de ação transformadora.

De acordo com Paiva e Sodré (2008), toda produção comunitária parte de um pressuposto político, de um conjunto de demandas sociais, podendo possuir alguns viés como: ecologia, educação, resgate da memória de uma determinada população, cultural, entre outros. A produção comunitária é feita pelos próprios moradores de determinada sociedade e pode surgir devido ao reconhecimento coletivo de uma insatisfação coletiva. Sendo assim, veículos de comunicação própria, como o caso da rádio comunitária (caso estudado pela autora) ou mesmo associações como a AVIC, que tem o foco na educação e cultura, podem surgir como resultado. Os autores destacam:

A insatisfação diz respeito à geração de mensagens que possam efetivamente intervir no cotidiano das populações. Desta maneira, a informação comunitária é batizada a curto prazo pela geração de material informativo debruçado sobre aspectos muito próximos da vida quotidiana das pessoas. Como projeto a longo prazo, os veículos dispõem-se a intervir formativamente, possibilitando um novo olhar sobre a realidade daqueles que representa. (PAIVA E MUNIZ, 2008, p. 05)

Os autores também tratam do conceito de comunidade gerativa, onde pretende-se designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos, apontando elementos emocionais que os congregam.

...uma reinterpretação da conceituação do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, resgatando facetas como a vinculação social e a preocupação territorial – que engendram a preocupação com o patrimônio cultural. Estão ainda presentes nessa proposta aspectos da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido na nova era, mas que passam a ser o enfoque central de ensaístas, pensadores e pesquisadores da atualidade – como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação, generosidade e caridade. (PAIVA E MUNIZ, 2008, p. 06)

Nas grandes periferias urbanas, é possível encontrar expressões de culturas que são elaboradas seguindo outra lógica que não a do consumo e da mercadoria. Conforme destacado por Nogueira (2005), o interessante nessas manifestações é a relação que os movimentos político-culturais têm nelas, sendo que, muitas vezes, no caso do movimento do povo e da cultura, principalmente da negra, essas manifestações são partes inseparáveis das práticas mais propriamente “políticas”. O mesmo se aplica à Comunidade Gerativa, que por meio de sua organização, cria seus próprios mecanismos de projetos e de sociabilidade.

### **3.2. O lazer e formas de resistência**

Um fator que pode ser motivacional ao desenvolvimento da Comunidade Gerativa seria o lazer. Neste tópico serão destacadas a importância e influências que o lazer pode ter às pessoas em geral e como esta questão pode ser decisiva tanto pela parte dos organizadores de projetos como a AVIC, como pelos moradores que participam e colaboram com o projeto.

O lazer possui uma realidade banal nos dias de hoje. Segundo Dumazedier (2012), ele ainda não está integrado nos sistemas de pensamento tanto da população, quanto do governo. Até mesmo muitos estudiosos acabam pensando na sociedade sem a noção de lazer.

...para chegar ao problema geral, apresentado pelo lazer na cultura contemporânea, não bastará pesquisar os problemas do homem através do cinema, do esporte, do teatro ou da televisão. O lazer já tendo sido reconhecido em sua amplitude e estrutura complexa e ainda nas duas relações com os demais aspectos de nossa civilização maquinista e democrática, não mais poder ser considerado um problema menor, sem importância e características próprias, colocado no fim da lista dos problemas importantes e na dependência de existir, ainda, tempo e dinheiro para que seja levado em consideração. (DUMAZEDIER, p. 20)

O lazer possui grande importância na cultura vivida por milhões de trabalhadores e possui relações muito significativas com o trabalho, família e com a política da população. Pode ser compreendido como a “oposição das obrigações e necessidades da vida cotidiana (DUMAZEDIER, 2012)”. Sendo que por obrigações e necessidades é abrangido não apenas atividades profissionais, mas também trabalhos domésticos, obrigações sociais, atividades religiosas, estudos e necessidades fisiológicas básicas.

As principais funções do lazer são: descanso, divertimento, recreação e entretenimento, desenvolvimento. Como desenvolvimento, considera-se o crescimento pessoal do indivíduo através de vivências livres e desinteressadas, utilizando fontes de informação tradicionais ou alternativas, como blogs, sites. Este desenvolvimento favorece novas formas de aprendizagem, por meio do lazer.

Os grandes doutrinados sociais do século XIX previram em algum momento o aparecimento do lazer, mas segundo Dumazedier, nenhum deles previu sua ambiguidade.

Para Marx, o lazer constitui “o espaço que possibilita o desenvolvimento humano”; para Proudhon é o tempo que permite as “composições livres”; para Augusto Comte é a possibilidade de desenvolver a “astronomia popular”, etc. Engels, enfim, pedia a diminuição das horas de trabalho “a fim de que todos tivessem tempo suficiente para participar dos negócios gerais da sociedade”. Essa identificação entre o lazer e a instrução popular parece ser ainda familiar à sociologia soviética contemporânea e, na França, ela reflete uma das tendências da “educação permanente”. (DUMAZEDIER, p.29)

Dumazedier (2012) destaca também, como o lazer pode ser analisado como sendo principalmente atividades de recreação, sob a perspectiva dos sociólogos norte-americanos. “Muitos deles tendem a reduzir o lazer a uma atividade livre, não paga, que oferece uma satisfação imediata”.

Sendo assim, opor o lazer apenas ao trabalho profissional, como é feito pela maioria dos economistas e sociólogos que trataram esta questão, torna-se inexato. Como destaca Dumazedier, quase todos trazem uma fórmula demasiadamente teórica: “os três oitos – oito horas de trabalho, oito horas de sono e oito horas de lazer”.

O lazer não tem qualquer significado em si mesmo. Sobre o lazer poder-se-ia escrever quase o mesmo que Henri Wallon escreveu sobre o jogo que, de certo modo, faz parte do lazer: “o jogo é, sem dúvida, uma infração às disciplinas e tarefas impostas ao homem pelas necessidades práticas de sua existência, da preocupação com sua situação e sua pessoa, mas em lugar de negá-las, ele as reafirma. (DUMAZEDIER, p.32)

O lazer é uma atividade limitada por recursos e tempo. Do ponto de vista político, atividades de lazer requerem dinheiro, dentro de uma hierarquia de gastos destinados ao lazer. Sendo considerada como atividade de lazer “qualquer participação ativa na vida cultural, isto é, toda atividade de criação ou de compreensão de um produto cultural, independente de sua natureza (DUMAZEDIER, 2012)’.

Outros fatores que podem impedir ou prejudicar atividades de lazer são: a falta de equipamentos recreativos ou culturais, falta de recursos familiares e dificuldades criadas por obrigações profissionais (DUMAZEDIER, 2012), sobretudo quando falamos de famílias e arranjos sociais menos abastados. Tendo em vista as dificuldades para o desenvolvimento de atividades de lazer e a forma que o mesmo é, muitas vezes, menosprezado e considerado como um item não prioritário, faz-se refletir sobre como iniciativas comunitárias podem possuir um papel de destaque e importância para o lazer. Essas organizações são de fácil acesso para os moradores, por estarem próximas às suas casas e assim, é possível usufruir das atividades por mais tempo. Além disso, possuem dinâmicas próprias, que se moldam de acordo com a identidade dos próprios frequentadores e organizadores.

É válido ressaltar que São Paulo destaca-se como um dos Estados com a maior oferta de equipamentos culturais. De forma que, apesar de mal distribuídas, opções de cultura e entretenimento são oferecidas para os paulistanos. O relatório “Cultura em Números” expõe a distribuição de equipamentos culturais no Brasil, bem como seu acesso pela população. Seus dados mostram uma grande falta de equipamentos culturais no país, bem como sua pouca utilização pela população (MINC, 2010).

#### **4. A Associação e o projeto AVIC**

##### **4.1. Aspectos Gerais do Bairro Jardim Presidente Dutra e Favela Morro do Piolho**

O projeto AVIC está localizado no município de Guarulhos – São Paulo, dentro do Bairro Jardim Presidente Dutra. Este bairro é um dos 23 bairros da região do Bonsucesso. As principais referências geográficas que estabelecem os limites de Bonsucesso são: a Rodovia Presidente Dutra; o Ribeirão das Lavras; a Estrada Ary Jorge Zeitume e a divisa com o município de Arujá.

O bairro Jardim Presidente Dutra foi fundado em 1958 e possuiu grande influência para o desenvolvimento econômico da cidade de Guarulhos. Conforme escrito no catalogo de divulgação do empreendimento, o objetivo da fundação do bairro era a implantação de um loteamento de alto padrão: “Jardim Presidente Dutra: ontem loteamento, hoje bairro e amanhã cidade! (AZEVEDO, 2010)”.

O bairro nasceu como bairro rural, com diversas plantações, hortas, pequenos sítios e chácaras e até algumas pequenas criações de gado, aves e outros animais, sendo não muito próxima ao centro da cidade. Devido ao processo de expansão urbana e também pela construção do aeroporto na cidade, muitos terrenos foram desapropriados e a região do Bonsucesso foi sendo habitada sem planejamento e de forma desordenada. Desta forma, assim com outras várias favelas, surgiu a favela Morro do Piolho, localizada dentro do bairro Jardim Presidente Dutra.

O ritmo de crescimento urbano e a existência de galpões industriais se deram no final da década de 1960, época em que começou o desmembramento das chácaras em lotes de 250 quilômetros quadrados, para fins de moradias e de maior tamanho para atividades produtivas, comerciais e de prestação de serviços. Na década de 1990, a Prefeitura autorizou o desmembramento dos lotes residenciais de 250 para 125 quilômetros quadrados. Em 1977, com o início do processo de desapropriação para a construção do Aeroporto Internacional, parte do território habitado, como o Jardim Maringá, desapareceu, assim como alguns dos bairros vizinhos foram parcialmente suprimidos. Cerca de oito mil pessoas foram obrigadas a deixar as suas moradias. (AZEVEDO, 2010 p. 72)

#### **4.2. Nota da autora sobre a entrevista e o projeto AVIC**

Antes de trazer ao trabalho a entrevista realizada com a organizadora do projeto AVIC, mostrou-se importante relatar o processo de interação como pesquisadora na Favela e como foi feita a entrevista, para assim trazer as discussões feitas deste artigo. Acredita-se que mostrar o caminho traçado pela pesquisadora, pode trazer maiores perspectivas para futuros pesquisadores da área.

A pesquisadora é moradora do Bairro Jardim Presidente Dutra. Conheceu o projeto devido à divulgação, importância e repercussão que ele possui entre os moradores. Possuindo este conhecimento, foi possível entrar em contato com a organizadora do projeto através de redes sociais. Feito este primeiro contato, foram marcadas entrevistas e solicitado que, se fosse possível, ela pudesse conhecer pessoalmente os espaços em que são realizadas as atividades do Projeto. A entrevista foi altamente necessária, já que o projeto AVIC possui pouca divulgação em meios digitais ou qualquer fonte de pesquisa. A maioria dos dados apresentados a seguir, foram obtidos através da própria Organização.

#### **4.3. O Projeto AVIC**

A Associação de Valorização e Integração da Comunidade Guarulhos, AVIC, é um projeto sem fins lucrativos que beneficia principalmente a Comunidade do Morro do Piolho e os moradores do Bairro Jardim Presidente Dutra, localizados em Guarulhos –SP. A associação atrai muitos jovens que a buscam para o aprendizado de novas atividades ou mesmo para o lazer ou socialização.

A AVIC realiza diversas oficinas, devido ao trabalho voluntário de seus membros e da colaboração dos comerciantes do bairro Jardim Presidente Dutra, possuindo as seguintes atividades: teatro, capoeira, judô, dança, ginástica, futsal feminino e masculino, oficina de artes, alfabetização para jovens e adultos, além de atendimento psicológico para os moradores e diversas outras assistências. Sendo a capoeira e o futsal as atividades mais procuradas.

Embora o nome do projeto seja Associação de Valorização e Integração das Comunidades, a entidade ainda não possui registro como Associação ou está vinculada a qualquer organização.

O Projeto possui pouca divulgação na internet ou outro meio. Possuem apenas uma página no facebook e através do site “Doe também”, é possível fazer doações para a Associação.

## 5. Trabalho de campo e discussão



*Favela Morro do Piolho – Foto tirada em 2014.(crédito: Erica Sá)*

No dia 21 de junho de 2014, foi realizada uma entrevista com a fundadora e principal organizadora do Projeto, Sra. Lucia Lima Lopes, a fim de melhor compreender o funcionamento da Associação.

A ideia de criar o projeto comunitário surgiu em 2006, após um episódio marcante na vida da organizadora. O falecimento de um de seus filhos, a fez desenvolver a AVIC, como forma de ajudar as crianças e adolescentes do Bairro Jardim Presidente Dutra e da Favela Morro do Piolho, objetivando o crescimento social destes jovens.

Embora o projeto conte com o trabalho de jovens voluntários e ajuda financeira de moradores do bairro, durante a entrevista, foi apontado que a maior dificuldade do projeto é a falta de verba. Muitos cursos possuem aulas com longa duração e a maioria dos alunos não tem condições de levar algum lanche, sendo assim, o ideal seria que o projeto, além de ensinar uma disciplina ou de disponibilizar atividades, também oferecesse algum tipo de alimentação para seus alunos.

Uma medida encontrada pela própria fundadora do projeto, a fim de possuir uma verba fixa mensal, foi se cadastrar no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) em 2011. Ela conta que embora já tenha se inscrito no Conselho, seu projeto ainda não foi aprovado e que a verba ainda não foi disponibilizada.

De acordo com o Site da Prefeitura de Guarulhos, o Conselho foi criado pela Lei Municipal nº 5052, de 21 de julho de 1997, é um órgão coligado ao sistema descentralizado e participativo de Assistência Social no Município, com caráter deliberativo, permanente, normativo, fiscalizador e consultivo, e que tem como objetivo estabelecer diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, bem como fiscalizar as execuções orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Os Conselhos são espaços para discussão, formulação e deliberação de políticas públicas. Promovem diretrizes organizacionais de acordo com marcos legais, com o objetivo de efetivar a democracia participativa e o controle social, previstos na Constituição Federal. Atuam na busca de sintonia dos anseios da sociedade com as ações do Executivo. Esse exercício democrático propicia uma análise situacional que viabiliza a otimização de recursos dos fundos municipais.

Na AVIC, todas as atividades realizadas se dividem em espaços dentro da própria favela e outros disponibilizados para determinadas atividades, que seriam: a Escola Estadual Padre Bruno Ricco, o CEU Jardim Presidente Dutra e a igreja da Comunidade.

A associação registra a frequência de pelo menos 200 alunos matriculados em seus cursos e atinge cerca de 500 famílias, que são beneficiadas com doações. Sendo 90% do público moradores do Morro do Piolho e do Jardim Presidente Dutra, e os outros 10% dos outros bairros que compõem o Bonsucesso.



*Espaço para desenvolvimento de atividades da AVIC. Foto tirada em 2014 (créditos: Erica Sá).*

## **6. Considerações Finais**

A falta de equipamentos públicos de lazer, educação e cultura em bairros mais afastados do centro econômico é uma realidade que a cidade de São Paulo enfrenta. Embora seja uma das cidades brasileiras com mais investimento e projetos voltados à Cultura, ainda apresenta muitas falhas e falta de planejamento.

No entanto, em meio a este quadro, surgem Associações e projetos sociais próprios, que fogem de um padrão já pré-estabelecidos e aplicados. A organização comunitária, de Paiva e Sodré (2008), pode trazer uma perspectiva para situar e até mesmo, classificar organizações como a AVIC, analisada como estudo de caso. Além disso, o lazer foi trazido como uma possibilidade de motivação para que as pessoas queiram desenvolver atividades culturais ou de aprendizado. Conforme trazido, sob a ótica de Dumazedier, o lazer possui características muito próprias e de impressões pessoais.

Por fim, associações como a AVIC, podem ser consideradas como uma tentativa arbitrária de homogeneização da cultura de massa, conduzida por um mercado que se torna cada vez mais indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades.

Existe uma tentativa de homogeneização, por parte do mercado, com relação à tentar “padronizar” o que pode ser cultura ou não. No entanto, elas jamais são completas e sempre encontram resistências, devido à diversidade de identidades.

Desta forma, a criação de Associações e a iniciativa de moradores de periferia na criação de espaços de incentivo a cultura, ganham importância no processo de resistência à tentativa de homogeneização do mercado, assim como criam espaços para reflexões, desenvolvimento e reafirmação cultural da população local.

Com o estudo de caso, foi possível constatar que estas organizações sem fins lucrativos possuem dificuldades financeiras e enfrentam problemas organizacionais devido a pouca ou falta de verba e investimentos. Na AVIC, a organizadora do projeto busca investimentos dos próprios moradores e comerciantes do bairro Jardim Presidente Dutra além de ter se inscrito do CMAS. Esta situação pode instigar futuros pesquisadores do tema a buscar maiores possibilidades de investimentos que estas organizações podem buscar, ou buscam. Podem também verificar quais instituições podem ajudar na formação do gestor cultural que trabalha com estes projetos, que os oriente a buscar possibilidades e caminhos para possuir investimentos. E até que ponto estas intervenções poderiam prejudicar ou descaracterizar estes projetos.

Outra possibilidade de aprofundamento deste estudo seria trazer a discussão entre o termo “Favela” e “Comunidade”. Cada termo trás consigo posições políticas e possuem significados que nos são importantes. Sendo assim, a utilização de uma palavra ou de outra, pode trazer uma infinidade de interpretações. Durante as revisões deste trabalho, foi percebido que esta discussão poderia ter sido trazida, já que, por opção, foi utilizado o termo “Favela” durante a escrita do Artigo.

Por fim, foi constatado que organizações como a AVIC possuem pouco registro formal, o que dificulta a pesquisa e a própria divulgação do projeto. Podendo ser outro caminho de futuras análises e pesquisas.

## REFERÊNCIAS:

ACIGAMES. *Vale Cultura e games, uma relação que tem tudo a ver*. 2013. Disponível em: <<http://www.acigames.com.br/2013/01/vale-cultura-e-games-uma-relacao-que-tem-tudo-a-ver/>> Acesso em: 15 Mai. 2013.

Avante O Coletivo – Era uma vez. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=774yCA5SRuU>> Acesso em: 03 mai. 2014.

AZEVEDO, Nelson de Aquino (org.). *Revelando a História do Bonsucesso e Região – Nossa Cidade, Nossos Bairros!* São Paulo: Noovha América, 2010

BAKHTIN, M. M. (Voloshinov) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARBALHO, Alexandre. *Política Cultural*. In: RUBIM, Linda (org.) *Organização e Produção da Cultura*. Salvador: Edufba, 2005

BRASIL. *Ministério da Cultura*. 2013 <<http://www.cultura.gov.br/>> Acesso em: 20 mai. 2013.

BOTELHO. Isaura. *Diversidade das fontes de financiamento pra a Cultura: um desafio para os poderes públicos*. 1997.

Casa dos Conselhos. Prefeitura de Guarulhos. Disponível em: <[http://www.guarulhos.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=88&Itemid=286](http://www.guarulhos.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=286)> Acesso em: 01 aug. 2014.

CESNIK, Fábio; BELTRAME, Priscila. *Globalização da cultura*. Barueri, SP: Manole, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CULT, *Centro de Estudos Multidisciplinares da Cultura*. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br>> Acesso em: 15 aug. 13.

Cultura em Números: anuário de estatísticas culturais – 2ª edição. Brasília: Minc, 2010

Diário Oficial da União – Seção 1. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=27/08/2013>> Acesso em: 01 aug. 2014.

Doe Também. Disponível em: <<http://doetambem.org.br/avic-guarulhos/>>. Acesso em 22 jun. 2014.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

FICHTNER, Bernd. *Educação e Diversidade Cultural – Problemas e Perspectivas*. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva. Goiás, 2009.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. São Paulo: espaços públicos e interações sociais. São Paulo: Marco Zero, 1995.

LANDIM, Wikerson. *O tamanho da indústria de vídeo games.2011*. Disponível em <<http://www.tecmundo.com.br/infografico/9708-o-tamanho-da-industria-dos-video-games-infografico-.htm>> Acesso em: 20 mai. 2013.

LEITÃO, Cláudia de Sousa. Programa Cultura Viva: Reflexões sobre o Brasil e a Metáfora da alteridade: Seminário Internacional do Programa Cultura Viva. Goiás, 2009.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. *Direitos Humanos e Direitos Culturais*. Disponível em: <<http://www.direitoecultura.com.br/wp-content/uploads/Direitos-Humanos-e-Direitos-Culturais-Bernardo-Novais-da-Mata-Machado.pdf>> Acesso em: 20 aug. 13.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil*. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura em Números. Disponível em: <  
<http://culturadigital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>> Acesso em: 31 jul. 14

\_\_\_\_\_. Lei Cultura Viva. Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_. III Conferência Nacional de Cultura. Disponível em:  
<[http://www.cultura.gov.br/banner-1/-/asset\\_publisher/G5fqgiDe7rqz/content/iii-conferencia-nacional-de-cultu-1/10883](http://www.cultura.gov.br/banner-1/-/asset_publisher/G5fqgiDe7rqz/content/iii-conferencia-nacional-de-cultu-1/10883)> Acesso em 01 sep. 14

NOGUEIRA, *Silas*. *Movimentos Sociais, Cultura, Comunicação e Participação Política*. São Paulo, 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. *O Sequestro da Fala Comunitária*. Rio de Janeiro, 2008. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

WILLIAMS, R. J. *Espaço público e cultura pública: teoria prática e problemas*. In: COELHO, T. (Org.). *A Cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras, 2008, p. 33-47.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade – 1780-1950*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->> Acesso em: 25 aug. 13

RUBIM, Linda. (org.) *Organização e produção da cultura*. Salvador: Edufba, 2005.